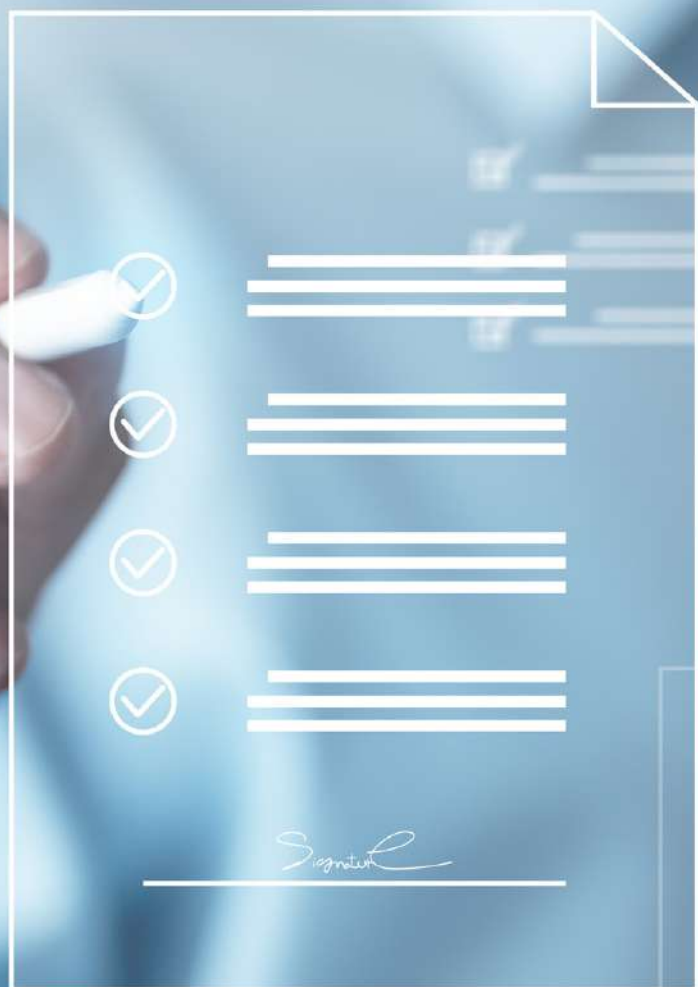




RELATÓRIO E CONTAS

"A corrupção é uma praga insidiosa que corrói as sociedades, mina a democracia e o Estado de direito e compromete o desenvolvimento."

Kofi Annan

Índice

Mensagem da Direção	04
2025 em Números	07
3. Olhar para a História	09
3.1. Missão, Natureza e Fins	09
3.2. Associados	09
3.3. Membros de Órgãos Sociais 2025	10
3.4. Projetos Europeus	11
4. Enquadramento Estratégico	13
4.1. Redes Estratégicas	13
4.2. Estratégia 2023-2030 TI Portugal	14
4.3. Manifesto Eleitoral	15
5. Projetos, Campanhas e Iniciativas	17
5.1. Projetos de Financiamento Internacional	17
5.2. Protocolo com o MENAC	18
5.3. Campanhas e Advocacia	19
5.4. Festival Transparente 2025	21
5.5. Eventos e Iniciativas Diversas	22
6. Balanço Social	25
6.1. Colaboradores	25
7. Governança e Organização	27
7.1. Operacionalização do Modelo de Governança 2023-2026	27
7.2. Comunicação e Impacto	28
Análise Financeira e Económica	31

Mensagem da Direção

O ano de 2025 representou, para a Transparência Internacional Portugal, um período de consolidação institucional, de afirmação pública e de renovação estratégica. Num contexto nacional e internacional particularmente exigente para as organizações da sociedade civil, a Associação soube manter o foco na sua missão de prevenção e combate à corrupção, promoção da transparência e reforço da integridade pública, prosseguindo uma intervenção cívica rigorosa, independente e orientada para o interesse público.

Entre os desenvolvimentos mais relevantes do exercício, importa destacar o trabalho realizado no âmbito do protocolo celebrado com o Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC). Esta colaboração constituiu um marco importante para a Associação, não apenas pelo seu alcance prático, mas também pela sua relevância estratégica. Ao contribuir para a promoção de boas práticas anticorrupção, para o aprofundamento do debate público e para a aproximação entre diferentes atores institucionais, sobretudo com o sistema de ensino, este protocolo reforçou a capacidade da TI Portugal para cumprir a sua missão de forma consequente e com impacto. A cooperação desenvolvida com o MENAC confirma, aliás, a importância de construir respostas articuladas, exigentes e sustentadas para prevenir riscos de corrupção e fortalecer uma cultura de integridade nas instituições. Neste capítulo merece uma nota de reconhecimento e agradecimento a Comunidade de Especialistas Anticorrupção, pelo trabalho muito meritório que realizou em prol de uma melhor aplicação do Regulamento Geral de Prevenção da Corrupção.

Em paralelo, 2025 ficou igualmente assinalado pela conclusão de projetos europeus de investigação desenvolvidos em consórcio com outros capítulos da Transparency International. Estes projetos demonstram a solidez do posicionamento internacional da TI Portugal e a sua capacidade para integrar redes de conhecimento, investigação aplicada e formulação de políticas públicas à escala europeia. Estas iniciativas permitiram produzir conhecimento que foi diretamente partilhado com a Polícia Judiciária, com a Unidade de Informação Financeira e com alguns dos Partidos Políticos com assento parlamentar, disseminando conhecimento junto das instituições que maior impacto podem ter no combate à corrupção e ao branqueamento de capitais em Portugal.

No plano da incidência política e legislativa, a TI Portugal teve uma participação ativa no processo de elaboração do regime de regulação da representação legítima de interesses, comumente designado como lei do lobbying. Este foi um debate de particular importância para a qualidade da democracia portuguesa, e a Associação procurou contribuir de forma construtiva, tecnicamente fundamentada e coerente com os princípios que defende. No final do processo legislativo, a Lei aprovada aproxima-se das sugestões que a TI Portugal tem vindo a defender há mais de 10 anos, algo que registamos com satisfação.

O ano de 2025 foi também determinante no plano da sustentabilidade financeira da Associação. Após um período de resultados negativos e de forte pressão sobre a estrutura operacional, foi possível desenvolver um esforço de recuperação e estabilização financeira que permitiu inverter essa trajetória e apresentar um resultado positivo no final do exercício. Este progresso não elimina os desafios estruturais que continuam a condicionar a nossa Associação, mas constitui um sinal encorajador da resiliência da TI Portugal e da prudência com que tem vindo a ser conduzida a sua gestão.

Por fim, importa sublinhar a reorganização interna concretizada ao longo do ano. Num contexto de mudança e ajustamento, a nossa Associação procedeu a uma reestruturação orientada para o futuro, reforçando os seus mecanismos de funcionamento, a sua coerência organizacional e a sua integridade institucional. Esta transformação foi exigente, mas necessária para assegurar uma base mais robusta, sustentável e alinhada com as exigências da missão que prosseguimos.

A Direção agradece, por isso, a todos os associados, colaboradores, parceiros, financiadores e apoiantes que, ao longo de 2025, contribuíram para este caminho. O trabalho da Transparência Internacional Portugal continua a assentar numa convicção clara: uma democracia mais forte exige instituições mais transparentes, mais responsáveis e mais íntegras. É com esse compromisso que continuaremos a trabalhar.

A Direção da TI Portugal

José Fontão
Teresa Violante
Jorge Máximo
Joana Freitas
Ana Siraga Coimbra
António Pedro Teixeira
João Bidaoui

2025 em Números

Recursos Humanos



1 Diretor Executivo
2 Colaboradores (janeiro a setembro)
1 Colaborador (setembro a dezembro)

Recursos Técnicos



1 Serviço especializado de Contabilidade
1 Serviço especializado de Processamento Salarial
1 Serviço especializado de Auditoria
1 Serviço de Assessoria Jurídica
1 Serviço especializado de Limpeza

Recursos Tecnológicos



1 Acesso Office 365 via TI-S
1 ERP/ CRM
1 Alojamento web
1 Serviço de Mass Mailing
4 Canais Social Media
 Outros recursos (plugins, subscrições software)

Recursos Financeiros



122 mil € total de rendimentos
36 mil € créditos de projetos internacionais

Outreach



22.478 utilizadores únicos no website
34.515 visualizações no website
2.851 subscritores newsletter semanal
150.411 alcance das redes
2% taxa de interação

Projetos, Campanhas e Eventos



4 projetos em implementação e desenvolvimento
7 campanhas de advocacia
+ 20 eventos realizados
+ 2.000 participantes em eventos

3. Olhar para a História

3.1. Missão, Natureza e Fins

No cumprimento da sua missão institucional, a Transparência e Integridade, Associação Cívica, criada a 17 de setembro de 2010, enquanto pessoa coletiva de direito privado, de âmbito nacional, independente e sem fins lucrativos, é uma organização não-governamental de combate à corrupção.

Desde 2017, é a representante portuguesa (Capítulo Nacional) da Transparency International, rede global de ONG anticorrupção presente em mais de 100 países. A Associação utilizou nos primeiros anos de atividade o acrónimo TIAC e assume neste momento, publicamente, a designação Transparência Internacional Portugal, tendo o acrónimo TI Portugal (art. 1.º Estatutos).

“Tem como finalidade geral promover a legalidade democrática e a boa governação, combatendo a corrupção e fomentando os valores da transparência, integridade e responsabilidade na opinião pública, nos cidadãos e nas instituições e empresas públicas e privadas, nomeadamente através da realização de campanhas, projetos de investigação, ações de formação e da cooperação com outras organizações governamentais e não-governamentais.”

(art. 2.º – Natureza e Fim, Estatutos)

A TI Portugal trabalha para uma sociedade mais justa e uma democracia de qualidade em Portugal, advogando o acesso efetivo à informação, a construção de uma cidadania informada, forte e participativa, e uma sociedade onde exista uma regulação eficaz dos sistemas e organizações, uma justiça célere, eficiente e ética e um verdadeiro sentido de responsabilidade social por parte de todos os agentes políticos e económicos.

3.2. Associados

Os associados da Transparência e Integridade, Associação Cívica constituem o seu principal ativo e resultam da adesão a este projeto coletivo ao longo dos últimos 15 anos. Em 31 de dezembro de 2025, a Associação contava com 1276 associados ativos, comparativamente a 1373 no final de 2024.

Esta evolução decorre de um processo de regularização levado a cabo durante o exercício, no âmbito do qual foram contactados 1604 associados com vista à regularização das respetivas quotas. O processo incluiu dois contactos telefónicos individuais a cada associado, complementados por sucessivas comunicações por correio eletrónico. Dele resultaram 124 desvinculações. No mesmo período, e independentemente deste processo, registaram-se 27 novas adesões.

O esforço desenvolvido traduziu-se numa base associativa mais ativa e comprometida e num aumento de 34% da receita de quotas face ao exercício anterior.

3.3. Membros de Órgãos Sociais 2025

Direção

- José Fontão *Presidente da Direção*
- Teresa Violante *Vice-Presidente*
- Jorge Máximo *Vogal da Direção*
- Joana Freitas *Vogal da Direção*
- Ana Sirage Coimbra *Vogal da Direção*
- António Pedro Teixeira *Vogal da Direção*
- João Bidaoui *Vogal da Direção*

Mesa da Assembleia Geral

- José Mendes Bota *Presidente*
- Patrícia Calca *Vice-Presidente*
- Filipa Duarte Gonçalves *Secretária*

Conselho de Jurisdição

- Maria Teresa Goulão *Presidente*
- Diogo Santana Lopes *Vice-Presidente*
- Hugo Tavares *Secretário*

Conselho Fiscal

- Susana Peralta *Presidente*
- Mariana Abrantes de Sousa *Vice-Presidente*
- Susana Lencastre *Secretária*

Nota sobre a composição dos órgãos sociais.

A atividade desenvolvida durante o exercício de 2025 decorreu sob a Direção então em funções, presidida por Margarida Mano. Em Assembleia Geral Extraordinária de 11 de julho de 2026 procedeu-se à alteração da composição dos órgãos sociais da TI Portugal, tendo tomado posse a Direção atualmente em funções, cuja composição consta do ponto 3.3. Cabe a cada Direção a responsabilidade pelos atos praticados no respetivo período de mandato; o presente Relatório e Contas, referente a 2025, é apresentado e assumido perante os Associados pela Direção atualmente em funções.

3.4. Projetos Europeus

A cooperação está na origem da Associação e continua a definir o seu modo de trabalhar. Ao longo dos anos, a TI Portugal construiu uma rede de parcerias que atravessa instituições públicas e privadas, organizações nacionais e internacionais e movimentos da sociedade civil empenhados na defesa dos valores democráticos.

Desse percurso resultou a posição que hoje ocupa: a de uma organização de referência no diagnóstico da corrupção em Portugal e na defesa de respostas eficazes para a combater. O trabalho da Associação assenta em três exigências — transparência, integridade e responsabilização — e tem como horizonte uma democracia mais qualificada, sustentada em políticas ativas de prevenção e combate à corrupção, em Portugal e no espaço europeu.

A dimensão europeia é, aliás, parte estruturante desta atividade. A par da colaboração permanente com a Transparency International e com os seus capítulos nacionais, a Associação tem vindo a desenvolver projetos de referência nas áreas da boa governação e do combate à corrupção, com o apoio da Comissão Europeia e de outros doadores internacionais. Em 2025, a associação esteve envolvida nos seguintes projetos: STEP EU, SAFE e PAOLA.



4. Enquadramento Estratégico

4.1. Redes Estratégicas

A TI Portugal é hoje o ponto de contacto da Sociedade Civil Portuguesa em várias redes nacionais e internacionais estratégicas, do ponto de vista da sua missão, como é o caso da:

- **Community of Democracies:** A Comunidade das Democracias (CdD) é uma coligação intergovernamental de Estados que trabalham em conjunto para promover, defender e reforçar a democracia a nível mundial.
- **Tax Justice Network:** grupo de defesa britânico que consiste numa coligação de investigadores e activistas com uma preocupação comum sobre a evasão fiscal, a concorrência fiscal e os paraísos fiscais.
- **Whistleblowing International Network:** fundada em 2018, a WIN é uma rede global de membros de denunciante e o centro de informações para a comunidade de proteção de denunciante.
- **Open Spending EU Coalition:** colaboração de organizações não governamentais e de profissionais que trabalham para garantir que as despesas públicas sejam efectuadas de forma justa, aberta e eficiente, e que criem a melhor relação custo-benefício e os melhores resultados para a Europa.
- **Open Government Partnership Portugal:** A Open Government Partnership (OGP) é uma iniciativa multilateral, lançada em setembro de 2011 pelos Chefes de Estado e de Governo de oito países (África do Sul, Brasil, Estados Unidos da América, Filipinas, Indonésia, México, Noruega e Reino Unido), e que visa garantir compromissos concretos dos governos para promover a transparência, fomentar a participação pública, combater a corrupção e utilizar as novas tecnologias para fortalecer a democracia participativa. Portugal aderiu à OGP a 13 de dezembro de 2017, tendo a Agência para a Modernização Administrativa (AMA, atual ARTE, I.P.) sido designada como ponto focal para a participação Portuguesa da OGP.
- **UNCAC Coalition:** criada em agosto de 2006, a Coligação UNCAC é uma rede global de quase 400 organizações da sociedade civil (OSC) em mais de 120 países, empenhada em promover a ratificação, a implementação e a monitorização da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC). A Coligação mobiliza a ação da sociedade civil para a UNCAC a nível internacional, regional e nacional.
- **Think Tank - Risco de Fraude e Recursos Financeiros da UE, dinamizado pela Procuradoria Geral da República:** grupo de reflexão que pretende preventivamente conhecer a resposta europeia dada através dos Fundos Europeus à emergência da crise pandémica resultante da COVID 19, identificar e avaliar o risco de fraude e propor estratégias da sua prevenção, contribuindo para envios na utilização destes recursos. Contando com participações de várias entidades, o grupo não é a sua representação institucional e pretende ser um espaço livre de reflexão e propostas quando seja entendido adequado.

4.2. Estratégia 2023-2030 TI Portugal

A Estratégia TI-Portugal 2023-30 define para a TI Portugal um referencial de governação e gestão da Associação até 2030. Como referido no documento, trata-se de uma estratégia, não um plano. “Ela vinculará e será concretizada nos planos de ação a elaborar pelas futuras Direções, conforme competência estatutária. Cada Direção, assente na sua legitimidade eleitoral, definirá as escolhas diretivas e alocará recursos, pessoas, atividades, projetos, programas, meios, metas e indicadores, no curto e médio-prazo. A Estratégia será o referencial estratégico daqueles planos, para que a governação e gestão da nossa Associação alcance, em 2030, a visão nela consagrada”.

A Estratégia TI Portugal 2023-2030, define o posicionamento da Associação em três pontos:

- 1. A TI Portugal realiza a sua visão e missão através do desenvolvimento de iniciativas que promovam mudanças sistémicas e sustentáveis com impacto nos poderes, públicos e não públicos, e setores económicos e sociais;
- 2. Os campos preferenciais de atuação serão o institucional e o mediático (media e redes sociais), devendo a Associação pautar-se pela independência e objetividade das suas intervenções, e agir sempre de forma assertiva, credível e construtiva;
- 3. As áreas prioritárias - no âmbito da prevenção, deteção, investigação e repressão - são a corrupção política e a corrupção transnacional, envolvendo Portugal e a CPLP.

O objetivo é que a Associação diversifique o mais possível as suas fontes de financiamento, fazendo decrescer significativamente o peso dos projetos na estrutura de receitas. A Estratégia TI Portugal 2023-30 permite, assim, robustecer o foco e o caminho a seguir pela TI Portugal, para alcançar o propósito final: um país de boa governação e livre de corrupção.

O Plano de Comunicação e Advocacia e a Política para a Prevenção e Combate à Discriminação e ao Assédio no Trabalho são dois documentos de Política Interna muito importantes no alinhamento ético, de integridade e de transparência da atividade da Associação.

4.3. Manifesto Eleitoral

A Direção em exercício, desde setembro de 2023, apresentou uma proposta programática sufragada com as seguintes propostas:

- 1. O acompanhamento de forma permanente da implementação eficaz e adequada da Estratégia Nacional Anticorrupção (ENAC) e demais instrumentos legais de suporte.
- 2. A luta contra a corrupção deve ser feita, também, pelo setor privado, para permitir uma concorrência mais justa e um desenvolvimento económico mais sustentável.
- 3. A sensibilização, a formação e o envolvimento comprometido das crianças, dos jovens e da sociedade em geral nos domínios da ética e da integridade são ações estruturantes, e nunca terminadas, no âmbito da missão da TI Portugal.
- 4. A boa execução do PRR e da agenda europeia para a ação digital e ação climática é central para o desenvolvimento futuro do país, e não pode ser prejudicada por fatores que condicionem ou viciem a concorrência e o acesso justo, transparente e eficiente aos fundos europeus pelas famílias, empresas e instituições.
- 5. Enquanto membro da rede global da Transparency International, a TI Portugal deve enquadrar a sua ação dentro das linhas gerais do movimento, bem como participar ativamente na rede global.
- 6. Pela sua enorme popularidade e baixo escrutínio nacional, o desporto, e nomeadamente o futebol, são atualmente uma das indústrias que movimenta mais dinheiro transfronteiriço e mais expostas a riscos de corrupção, branqueamento de capital e tráfico de influências.
- 7. Existem ferramentas e mecanismos destinados a reforçar a transparência e integridade das Instituições e seus responsáveis, que importa escrutinar, divulgar e partilhar boas práticas, bem como promover aprofundamentos.
- 8. O acompanhamento da produção legislativa em matéria de combate à corrupção e regulação da ética na política são um tema central da atividade da TI Portugal.



5. Projetos, Campanhas e Iniciativas

Ao longo de 2025, a atividade da TI Portugal desenvolveu-se em torno de projetos de financiamento internacional, de parcerias institucionais e de um conjunto de campanhas e iniciativas de advocacia, sensibilização e incidência política. Apesar dos constrangimentos de recursos humanos e financeiros que marcaram o exercício, a Associação manteve uma presença ativa no debate público sobre transparência, integridade e combate à corrupção, em Portugal e no espaço europeu.

5.1. Projetos de Financiamento Internacional

Em 2025, a TI Portugal deu continuidade à execução dos projetos de financiamento internacional que constituem uma das principais fontes de receita da Associação e um instrumento central da sua missão. Ao longo do ano, a Associação esteve envolvida em três projetos — STEP EU, SAFE for Whistleblowers e PAOLA — desenvolvidos em consórcio com parceiros europeus e com o apoio da Comissão Europeia e de outros doadores internacionais.

Acrónimo	Designação	Área Temática	Financ.	Estado em 2025
STEP EU	Strengthened Enforcement Capacities of Public Authorities	Branqueamento de Capitais	CE	Em execução
SAFE for Whistleblowers	Safe for Whistleblowers	Proteção de Denunciantes	CE	Em execução (terminou em fevereiro de 2026)
PAOLA	The PAndora bOx of whistLeblowing in Academia	Proteção de Denunciantes	Erasmus+	Concluído em março de 2025

STEP EU. O projeto STEP EU (Strengthened Enforcement Capacities of Public Authorities), cofinanciado pela Comissão Europeia, prosseguiu em 2025 o trabalho de reforço das capacidades das autoridades públicas na prevenção e combate ao branqueamento de capitais. Durante o exercício, o âmbito de participação da TI Portugal foi revisto em baixa, com o correspondente ajustamento do rédito reconhecido no projeto.

Um dos momentos de maior relevo do projeto foi a apresentação do estudo do STEP EU na Assembleia da República, em reuniões com os grupos parlamentares do PSD, PS, Chega (CH) e PCP. Estas audições permitiram levar diretamente aos decisores políticos as conclusões e recomendações do projeto em matéria de reforço das capacidades de aplicação da lei e de combate ao branqueamento de capitais, reforçando a incidência do trabalho da TI Portugal junto do poder legislativo.



SAFE for Whistleblowers. Implementado por um consórcio que integra a Transparência Internacional Portugal, o projeto visa promover um ambiente mais favorável à proteção dos denunciante na União Europeia. Ao longo de 2025, a participação da TI Portugal manteve-se condicionada pela limitação de recursos humanos, o que motivou a redução do âmbito e do respetivo orçamento, em articulação com o coordenador do consórcio. O projeto terminou em fevereiro de 2026.

PAOLA. O projeto PAOLA (The PAndora bOx of whistLeblowing in Academia), financiado pelo programa Erasmus+, reuniu uma coligação de parceiros europeus em torno da criação de um Observatório da Denúncia Académica na Europa. O projeto foi concluído em março de 2025.

O detalhe da execução financeira destes projetos consta do ponto 8 do presente Relatório.

5.2. Protocolo com o MENAC

O protocolo de parceria estratégica celebrado em 2024 entre a TI Portugal e o Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC), com vigência até 2026, manteve-se em execução ao longo de 2025. A colaboração tem por objeto o conhecimento e a intervenção social no domínio da transparência, da integridade e da prevenção da corrupção. Em 2025, este protocolo teve como principais linhas de trabalho a consolidação da Comunidade de Especialistas Anticorrupção e a realização de Integrity Bootcamps, a que se somaram outras iniciativas conjuntas:

- **Comunidade de Especialistas Anticorrupção (CEA)** — rede de especialistas de áreas diversas, criada no âmbito do protocolo para apoiar a atividade do MENAC e desenvolver recomendações e boas práticas dirigidas aos setores público e privado. Ao longo de 2025, a Comunidade deu continuidade aos seus trabalhos, afirmando-se como um espaço de reflexão e de produção de conhecimento anticorrupção. Número de especialistas e de reuniões da Comunidade de Especialistas Anticorrupção (5 reuniões e 14 especialistas).



- **Integrity Bootcamps** — iniciativas de educação para a integridade dirigidas aos mais jovens, desenvolvidas em parceria com a ANDAEP (Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas) e outras partes interessadas, com o objetivo de promover uma cultura de integridade e transparência nas escolas. Número de escolas e participantes dos Integrity Bootcamps (3 Agrupamentos de Escolas — Agrupamento de Escolas de Cristelo, Agrupamento de Escolas de Coimbrões Oeste e Agrupamento de Escolas de Almodôvar; cerca de 100 alunos).



- **Boletim Mensal para Promover Boas Práticas Anticorrupção** — publicação periódica, produzida em colaboração com o MENAC, com recomendações e boas práticas associadas à implementação do Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC) e do Regime Geral de Proteção de Denunciante de Infrações (RGPDI).
- **Conferência TI Portugal x MENAC** — realizada a 12 de dezembro de 2025, no Auditório 1 da sede da Polícia Judiciária, em Lisboa, com o apoio da Polícia Judiciária. Esta iniciativa conjunta integrou a programação do Festival Transparente 2025 e do Mês Anticorrupção 2025.



5.3. Campanhas e Advocacia

Para além dos projetos e das prestações de serviço, a TI Portugal desenvolveu e prosseguiu, ao longo de 2025, um conjunto de campanhas de monitorização, sensibilização e advocacia, enquadradas nas suas cinco áreas estratégicas de atuação: transparência, integridade pública, prevenção da corrupção, proteção de denunciante e qualidade da governação.

Designação	Área Temática	Data
Índice de Perceção da Corrupção (CPI)	Transversal / Sensibilização	Início de 2025
Integridade nas Eleições Legislativas 2025	Integridade política	2025
Propostas para a próxima Legislatura	Políticas públicas	2025
Regulamentação da Representação de Interesses (Lei do Lóbi)	Representação de interesses	2025
Reformas Anticorrupção	Incidência política	2025
III Plano de Ação Nacional para a Administração Aberta (III PANAA)	Administração Aberta	2025
Autarca pelo Bom Governo 2025	Integridade na governação local / autárquicas	2025

Índice de Perceção da Corrupção (CPI). No início de 2025, a TI Portugal divulgou em Portugal o Índice de Perceção da Corrupção (CPI), o principal estudo anual da Transparency International. A comunicação, preparada ao longo de janeiro, incidiu sobre a posição portuguesa (em que Portugal obteve 56 pontos, ocupando a 46.ª posição entre 182 países), sobre a importância da medição da corrupção e da transparência institucional e sobre a necessidade de reforçar as políticas de prevenção e combate à corrupção. A divulgação foi acompanhada de uma campanha digital com publicações explicativas sobre a metodologia, a evolução da posição de Portugal e a comparação internacional, bem como de recomendações públicas para reforçar a independência das instituições de controlo e os mecanismos de integridade pública.

Advocacia para o reforço da transparência e da integridade pública. A TI Portugal prosseguiu o trabalho de incidência política nas áreas da transparência, integridade pública, prevenção da corrupção, proteção de denunciante e qualidade da governação, aproveitando os principais momentos do debate público e legislativo para reiterar propostas relativas ao reforço da Estratégia Nacional Anticorrupção, à proteção de denunciante, à contratação pública e à fiscalização independente.

Integridade nas Eleições Legislativas 2025. Caderno de Encargos e diálogo com os partidos. Na sequência da dissolução do Parlamento e da convocação de novas eleições legislativas, a TI Portugal apresentou, a 28 de março de 2025, o seu terceiro Caderno de Encargos para as Legislativas em três anos — «Defender a Democracia: Mais Transparência e Menos Corrupção» —, desafiando os partidos a inscreverem nos respetivos programas eleitorais um conjunto de medidas legislativas de prevenção e combate à corrupção há muito defendidas pela Associação. A iniciativa teve uma dupla vertente: à divulgação pública do Caderno de Encargos somaram-se reuniões de apresentação e discussão das propostas com o PSD, o PS, o Chega e a Iniciativa Liberal (IL), reforçando a incidência do trabalho da TI Portugal junto dos decisores políticos.

Regulamentação da Representação de Interesses (Lei do Lóbi). A TI Portugal acompanhou e comentou a aprovação parlamentar da lei que regula a representação legítima de interesses (lóbi), defendendo que a medida constitui um passo importante para aumentar a transparência da atividade de influência política, embora salientando a necessidade de uma implementação robusta.

Administração Aberta (III PANAA). Enquanto membro da Rede Nacional de Administração Aberta (RNAA), a TI Portugal divulgou e promoveu a consulta pública para recolha de contributos destinados à atualização do III Plano de Ação Nacional para a Administração Aberta (III PANAA), incentivando cidadãos, organizações e entidades públicas a participar na definição de prioridades para uma administração mais transparente, participativa e aberta.

Autarca pelo Bom Governo 2025. No contexto das eleições autárquicas de 2025, a TI Portugal relançou a iniciativa «Autarca pelo Bom Governo», originalmente lançada em 2021, convidando mais de 3 600 candidatos às autarquias locais a subscrever compromissos públicos de integridade e transparência. Nesta edição, os compromissos foram atualizados à luz de recomendações internacionais e passou a incluir-se, pela primeira vez, uma declaração específica para os candidatos à presidência das Assembleias Municipais. Os candidatos a membros dos executivos comprometem-se com 12 princípios de boa governação — entre os quais a criação de portais de transparência, canais de denúncia, políticas de dados abertos, pactos de integridade na contratação pública e ações de educação para a integridade —, enquanto aos candidatos à presidência das Assembleias Municipais são propostos 5 princípios, incluindo a transparência deliberativa, o escrutínio de conflitos de interesses e a promoção da participação cívica. As declarações assinadas são publicadas no site da Associação, permitindo o escrutínio público do cumprimento dos compromissos ao longo do mandato.

5.4. Festival Transparente 2025

Entre 9 e 12 de dezembro de 2025 realizou-se o Festival Transparente 2025, que assinalou o Dia Internacional contra a Corrupção (9 de dezembro) e integrou o Mês Anticorrupção 2025. O Festival reuniu decisores públicos, especialistas, académicos, jornalistas e representantes da sociedade civil em torno de um objetivo comum: reforçar a transparência, a integridade e a qualidade da democracia.

Título do Evento	Participantes	Data	Localização
Conferência "Municípios Transparentes: Da Avaliação à Ação"	José Fontão, Luís de Sousa, Estela Machado, Cecília Moreira, António João Maia, João Alves, Liliana Monteiro	9/12/2025	Auditório Sedas Nunes – ICS-ULisboa
Tertúlia "Corrupção e Direitos Humanos: Impactos na Economia e na Cidadania"	Susana Peralta, Teresa Violante, Leonor Caldeira, João Paulo Godinho	10/12/2025	Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa
Debate " Perda Alargada de Bens: Garantias vs Eficácia no Confisco de Vantagens Ilícitas"	Alexandra Leitão, João Conde Correia, Bárbara Churro, Rui Patrício, Teresa Violante	11/12/2025	Auditório Sedas Nunes – ICS-ULisboa
Conferência TI Portugal x MENAC	Gonçalo Pires, Luís Neves, José Mouraz Lopes, Vítor Caldeira, Ana Carla Almeida, José Maria Pimentel, Valentina Marcelino, António Delicado, Maria Manuel Barreto Rosa, Pedro Vicente, Mónica Silveiras	12/12/2025	Auditório 1, sede da PJ, Lisboa



5.5. Eventos e Iniciativas Diversas

Ao longo de 2025, a TI Portugal participou ainda noutras iniciativas, frequentemente em colaboração com outras instituições, com destaque para:

- **Conferência «Tribunal de Contas: o visto e outras modalidades de controlo financeiro público»** — realizada na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e dedicada ao papel do controlo financeiro público, à revisão da Lei do Tribunal de Contas e aos desafios da fiscalização da despesa pública, contou com a participação do Diretor Executivo da TI Portugal.
- No dia 26 de janeiro de 2025, a Transparência Internacional Portugal recebeu o candidato à Presidência da República António José Seguro para uma reunião institucional dedicada à promoção da integridade democrática. O encontro reuniu representantes da TI Portugal e especialistas nas áreas da transparência, do direito e da prevenção da corrupção, proporcionando um debate sobre a transparência no exercício de funções públicas, a prevenção da corrupção e o papel da Presidência da República na salvaguarda da integridade e da confiança nas instituições democráticas.



- **Reunião com a Ministra da Justiça.** A 17 de março de 2025, uma delegação da TI Portugal foi recebida pela Ministra da Justiça, Rita Alarcão Júdice, numa reunião dedicada à agenda anticorrupção. A Associação fez-se representar pela Presidente da Direção, Margarida Mano, acompanhada pelos vogais da Direção Teresa Violante e Jorge Máximo e pela Diretora Executiva, Jeanine Rausch. No encontro, a TI Portugal transmitiu as suas prioridades e recomendações em matéria de prevenção e combate à corrupção, reiterando propostas para o reforço da Estratégia Nacional Anticorrupção.

- **No âmbito do II Fórum sobre Inovação na Promoção da Integridade e da Transparência** — promovido pelo Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC) a 4 de dezembro de 2025, na Reitoria da Universidade de Lisboa, e dedicado ao tema «A Inteligência Artificial na prevenção e no combate à corrupção» —, a TI Portugal, que participou na iniciativa, afirmou uma posição própria sobre a relação entre inteligência artificial, transparência e integridade pública. Nesta matéria, a Associação sublinha quatro linhas de orientação: primeira, a utilização de sistemas de inteligência artificial pelas instituições públicas deve ser guiada por princípios de transparência, explicabilidade e responsabilização, de modo a que qualquer decisão apoiada em IA possa ser compreendida, auditada e contestada; segunda, a IA representa uma oportunidade relevante para reforçar a deteção de padrões de risco, fraude e corrupção, em especial na contratação pública e na gestão de fundos, desde que acompanhada de supervisão humana e de mecanismos de controlo adequados; terceira, a opacidade algorítmica constitui, em si mesma, um novo risco de integridade, que exige literacia, regulação apropriada e abertura dos dados e dos critérios de decisão; e quarta, a confiança dos cidadãos nas instituições depende de que a inovação tecnológica seja colocada ao serviço do escrutínio democrático, e não do seu enfraquecimento.
- **Audição na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias da Assembleia da República:** no contexto da discussão das iniciativas legislativas sobre a regulamentação da representação de interesses (lobbying) e a criação de um registo de transparência. Representada pelo Presidente da Direção, José Fontão, pela Vogal Teresa Violante e pelo Diretor Executivo Tiago Rosa Gaspar, a Associação apresentou as suas recomendações para o reforço da transparência e da integridade no processo de decisão pública, contribuindo para o debate parlamentar sobre esta matéria.





6. Balanço Social

6.1. Colaboradores

A Associação iniciou o ano de 2025 com 4 colaboradores, sendo 2 vinculados por contrato sem termo e 2 por contrato a termo certo. A equipa está instalada no Centro Transparente Salgueiro Maia.

Fruto da renovação interna da TI Portugal, Jeanine Rausch assumiu a Direção Executiva, funções que exerceu até outubro de 2025.

No decorrer do ano cessaram igualmente funções os trabalhadores que no início de 2025 tinham vínculo laboral com a TI Portugal.

A Associação encerrou assim o exercício sem colaboradores vinculados por contrato de trabalho. A opção por não repor estes vínculos decorreu da situação financeira da organização, que se manteve particularmente frágil ao longo do ano: a dependência de financiamento por projeto e a insuficiência de receitas próprias de carácter estrutural não permitiram assumir os compromissos associados à manutenção de um quadro de pessoal.

As funções essenciais passaram, por conseguinte, a ser asseguradas em regime de prestação de serviços: a direção executiva por Tiago Rosa Gaspar, desde outubro de 2025, e a comunicação por Laura Fernandes.

Este esforço da Direção permitiu acima de tudo que a TI Portugal alcançasse a sustentabilidade financeira, garantido a sua continuidade no longo prazo. As despesas da Associação eram incomportáveis face às receitas existentes e às receitas expectáveis num futuro próximo, pelo que este esforço consolidou o rumo traçado pela atual Direção o que permite a sua estabilidade e o cumprimento da sua missão, de promoção da Transparência e Integridade em Portugal.

Mapa de colaboradores a 31 de dezembro de 2025:

Nome	Cat. Profissional	Vínculo
Tiago Rosa Gaspar	Direção Executiva	Prestação de serviços
Laura Fernandes	Comunicação	Prestação de serviços



7. Governança e Organização

7.1. Operacionalização do Modelo de Governança 2023-2026

Em 2025 mantiveram-se as orientações enquadradas pelo Plano de Comunicação e Advocacia, aprovado em 2023, e responsabilidades e atribuições da Direção e Diretora Executiva, definidas em 2017 e clarificadas em 2023, nomeadamente no que se refere à representação institucional. Foram estabelecidas como nucleares as iniciativas dirigidas ao reforço da sensibilização e formação para as temáticas trabalhadas pela TI Portugal.

Todos os projetos iniciados enquadraram-se na missão e valores da TI Portugal e responderam aos critérios de envolvimento e compromisso fixados. A todos ficou afeto um membro da Direção responsável pelo acompanhamento do mesmo nas suas diferentes fases (da candidatura ao encerramento) e vertentes (execução física, financeira, desenvolvimento de redes, etc).

De modo a salvaguardar a qualidade científica dos projetos, bem como a potenciar sinergias com outros estudos relevantes levados a cabo por centros de estudos ou de investigação, assumiu-se protocolar relações de colaboração da TI Portugal com instituições de ensino superior, centros de investigação ou de estudos nas áreas estratégicas para a missão da TI Portugal, permitindo deste modo a constituição de bolsas de investigadores por áreas temáticas a que a TI Portugal poderá recorrer neste âmbito. Da lista de Protocolos Ativos da TI Portugal destacam-se os projetos com maior impacto em 2025:

Projetos	Entidades Parceiras	Coordenação Científica
STEP EU: Strengthened enforcement capacities of public authorities	ISCAC	Cidália Lopes
Safe for Whistleblowers	Instituto de Ciências Socias - ICS	Luís de Sousa
PAOLA: the Pandora box of whistleblowing in Academia	Nova Lab	Júlia Gracia

7.2. Comunicação e Impacto

As atividades, projetos e campanhas da TI Portugal foram comunicados o longo de todo o ano de 2025, através de diversas plataformas, como o site da TI Portugal (agenda, notícias, páginas dedicadas); a Newsletter “Transparência em Notícia” (cerca de 2.851 subscritores, enviada semanalmente); emailings para várias bases de dados (associados, inscritos e participantes nas atividades TI Portugal); Posts nas redes sociais da TI Portugal; Press Releases, vídeos, etc.).

No que se refere ao outreach, em 2025, os indicadores de comunicação da Transparência Internacional Portugal registaram uma redução face a 2024. O website contabilizou 22.478 utilizadores únicos e 34.515 visualizações, enquanto a newsletter semanal reuniu 2.851 subscritores. Nas redes sociais, o alcance situou-se nos 150.411 utilizadores, com uma taxa de interação de 2%. Apesar da diminuição dos indicadores globais de alcance e envolvimento relativamente ao ano anterior, a organização manteve uma presença digital consistente, continuando a promover os seus conteúdos e iniciativas através dos diferentes canais de comunicação.

O website da Transparência Internacional Portugal continua a ser a principal plataforma de divulgação das atividades, projetos e campanhas desenvolvidos pela Associação. Em 2025, o website da TI Portugal contou com a visita de 22.478 utilizadores únicos, num total de 34.515 visualizações. Os utilizadores do website são oriundos principalmente de Portugal, do Brasil, dos Estados Unidos, de Angola e de Espanha, refletindo o alcance nacional e internacional da organização.

No total, em 2025, publicámos 56 artigos no website e 16 eventos na agenda. À semelhança do ano anterior, as páginas mais visitadas foram as do Índice de Perceção da Corrupção, confirmando o interesse contínuo dos utilizadores por este conteúdo de referência da Transparência Internacional Portugal.

O mailing continua a ser um instrumento importante para a comunicação da Transparência Internacional Portugal com os seus associados e restantes públicos. Em 2025, foram enviadas 64 newsletters, alcançando 101.847 destinatários. A taxa de abertura situou-se nos 33,97%, refletindo um elevado interesse pelos conteúdos partilhados, enquanto a taxa de cliques foi de 2,11%, demonstrando um nível consistente de interação com a informação divulgada. A reduzida taxa de cancelamento de subscrição (0,09%) evidencia a relevância e o interesse contínuo dos destinatários por este canal de comunicação.

Em 2025, a Transparência Internacional Portugal manteve uma presença ativa nas principais redes sociais. Embora se tenha registado uma ligeira diminuição do número de seguidores no Facebook e no X, o LinkedIn continuou a destacar-se como a plataforma com maior crescimento, registando um aumento de cerca de 64% face a 2024. O Instagram apresentou igualmente uma evolução positiva, com um crescimento de cerca de 11%, refletindo o reforço da presença da Associação junto dos seus diferentes públicos através das redes sociais.

Rede	Total de seguidores	
	2024	2025
Facebook	47339	46527
X	4166	3940
Linkedin	2658	4354
Instagram	1332	1479

O YouTube mantém-se enquanto plataforma de repositório do acervo importante relativo às atividades e eventos que a TI Portugal vem desenvolvendo ao longo dos anos. É também utilizada regularmente para divulgação nos nossos meios e consulta futura por parte de todos os interessados.



Análise Financeira e Económica

O exercício de 2025 evidencia uma alteração relevante no perfil económico da Associação, traduzida na diminuição do peso relativo do financiamento de projetos internacionais e no reforço da importância da prestação de serviços, das quotizações e da colaboração com entidades públicas, com particular destaque para a execução do Protocolo MENAC–TI Portugal, em linha com a orientação estratégica e orçamental da Associação para 2025.

1. Evolução dos resultados económicos

Os resultados apurados no exercício de 2025 mostram uma recuperação muito significativa do desempenho económico da Associação. O resultado líquido do período passou de um prejuízo de 44.136 euros em 2024 para um resultado positivo de 3.454 euros em 2025. Esta melhoria resulta, por um lado, do forte crescimento da rubrica de outras prestações de serviços e, por outro, da redução muito expressiva dos fornecimentos e serviços externos e dos gastos com o pessoal.

De referir que a queda homóloga de 131.841 euros na rubrica de subsídios é justificada pelos valores de réditos reconhecidos em 2024 nos projectos NED e ACTUA, relativos ao financiamento de despesas com pessoal e fornecimentos e serviços externos necessárias à sua execução. Estes projetos foram, entretanto, descontinuados por se ter considerado que os benefícios da sua manutenção não eram justificados pelo esforço financeiro e de recursos que os mesmos exigiam à associação, quer do ponto de vista da sua sustentabilidade financeiro, quer, mais importante, do ponto de vista da sua missão em Portugal.

Quadro 1 - Evolução dos principais indicadores económicos (2025 vs. 2024)

Rubrica	2025	2024	Variação
Quotizações	24 221 €	21 194 €	3 027 €
Outras prestações de serviços	57 795 €	10 035 €	47 759 €
Prestação de serviços total	82 016 €	31 229 €	50 787 €
Subsídios à exploração	36 302 €	168 143 €	- 131 841 €
Outros rendimentos e ganhos	4 147 €	6 990 €	- 2 843 €
Total de rendimentos	122 465 €	206 362 €	- 83 897 €
Gastos com o pessoal	59 809 €	93 648 €	- 33 840 €
Forn. e serv. externos	41 550 €	138 739 €	- 97 190 €
Imparidade e Provisões líquida de reversões	17 393 €	16 847 €	546 €
Outros gastos	259 €	1 263 €	- 1 004 €
Resultado líquido do período	3 454 €	- 44 136 €	47 590 €

2. Comparação com o plano de atividades e orçamento aprovado

O Orçamento para 2025 aprovado pela Associação previa um total de rendimentos de 168.473 euros e um resultado do ano de 11.992 euros. Nestes termos, o exercício de 2025 é concluído com um desvio orçamental negativo de 46.008 euros ao nível do total de rendimentos, os quais foram significativamente compensados com desvios orçamentais positivos no lado das despesas. Em consequência, face ao estimado no Orçamento o desvio no resultado líquido foi negativo em 8.538 euros.

Quadro 2 - Comparação analítica entre o realizado e o orçamento de 2025

Rubrica	Realizado 2025	Orçamento 2025	Desvio
Quotas e donativos	28 368 €	18 312 €	10 055 €
Receitas de prestação de serviços	57 795 €	69 870 €	- 12 075 €
Reconhecimento de subsídios	36 302 €	68 291 €	- 31 988 €
Outros rendimentos	4 147 €	12 000 €	- 7 852 €
Total de rendimentos	122 465 €	168 473 €	- 46 008 €
Gastos com o pessoal	59 809 €	68 195 €	- 8 386 €
Forn. e serv. externos	41 550 €	69 022 €	- 27 472 €
Imparidade e Provisões líquida de reversões	17 393 €	18 000 €	1 931 €
Outros gastos	259 €	1 263 €	- 1 004 €
Resultado líquido do período	3 454 €	11 992 €	- 8 538 €

Como principais desvios orçamentais, salientam-se:

- i) um menor nível de receitas de receitas de prestação de serviços, apesar do forte crescimento face a 2024, as quais são essencialmente explicadas por atrasos na execução e faturação do protocolo com o Menac, situação que se será regularizada ao longo do exercício de 2026, por menores receitas com ações de formação, e pela dificuldade no arranque do projeto do Business Integrity Forum por não se ter conseguido alcançar um número de membros suficientes para o seu lançamento.
- ii) menor reconhecimento de subsídios do que o inicialmente previsto, nomeadamente pela redução do âmbito e respetivo rédito nos projetos cofinanciado STEP EU (Strengthened Enforcement Capacities of Public Authorities) e SAFE4W (SAFE 4 whistleblowers), situação que também justifica o desvio favorável ao nível dos Fornecimentos e Serviços Terceiros

3. Origem dos Rendimentos

a. Rendimentos com quotizações e donativos

Conforme recomendado pelos Revisores de contas em anos anteriores, a Associação aplica o critério de reconhecimento em rédito das quotas devidas no ano com correção do seu valor através do registo de imparidades. Nestes termos, em 2025 foram emitidas faturas a 1322 associados num montante total de 24.221 euros, dos quais 18.681 euros ainda não se encontravam liquidadas à data de fecho do exercício de 2025. Apesar da melhoria registada face há anos anteriores, o nível de pagamento das quotizações estatutárias pelos associados continua muito baixo situação que penaliza o regular funcionamento da associação.

Durante o ano foram registadas perdas com imparidades no montante 17.393 euros, que se decompõe em 6.717 euros para cobertura com risco de incumprimento de faturação emitidas em 2025 e 13.213 euros relacionados com cancelamentos de associados com efeitos retroativos.

No final do ano, o montante de dividas acumuladas desde 2021 com quotizações ascende a um total de 91.895 euros, para o qual já se constitui um total de 81.031 euros de imparidades acumuladas, a que corresponde um valor estimado não recuperável de 88% dos montantes totais em dívida.

Quadro 3 - Montantes de dividas acumuladas com quotizações e respectiva imparidade registada

Ano de Quota	Facturação Emitida em dívida a 31/12/2024	Facturação Emitida em dívida a 31/12/2025	Variação Fact. Dívida	Risco de perda estimado	imparidade estimada 31.12.2025
2021	49 710 €	39 829 €	- 9 881 €	100%	39 829 €
2022	13 398 €	10 501 €	- 2 897 €	90%	9 451 €
2023	15 010 €	11 546 €	- 3 464 €	80%	9 237 €
2024	15 198 €	11 338 €	- 3 860 €	75%	8 503 €
2025	- €	18 681 €	18 681 €	75%	14 011 €
Total	93 316 €	91 895 €	- 1 420 €	88%	81 031 €

A rubrica quota e donativos inclui ainda um montante de 4.000 euros relacionados com donativos decorrentes de decisões judiciais aplicados sobre casos acusados de condutas corruptivas.

b. Receitas com Prestações de Serviços

Como referido, a principal fonte de receita própria em 2025 foi a prestação de serviços a entidades nacionais, com especial destaque para o Protocolo MENAC–TI Portugal, que representou 86% dos réditos obtidos com prestações de serviços.

Quadro 4 - Decomposição das prestações de serviços por entidade

Entidade	Descrição	Valor
Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC)	Protocolo MENAC-TI	49 543 €
Secretaria-Geral do Ministério das Finanças	Workshops RGPC	4 700 €
Balbino & Faustino Lda	Formação – Programa Integridade	2 400 €
Outras entidades e variação acréscimo de rédito		1 152 €
Total de Prestações de Serviços		57 795 €

c. Rédito reconhecido com projectos co-financiados.

A análise da decomposição do rédito proveniente de subsídios para participação em projetos cofinanciados demonstra uma concentração em um número restrito de iniciativas, corroborando a diminuição da relevância dos projetos internacionais em relação ao ano de 2024. A maior redução comparativa foi observada nos projetos NED RedGov e Actua, ambos voltados para atividades de advocacia anti-corrupção em países de Língua Oficial Portuguesa, cujas receitas eram maioritariamente destinadas ao reembolso de despesas de deslocação ou à transferência de fundos para entidades parceiras locais. Em decisão tomada pela direção da TI-PT, tais projetos foram descontinuados.

Em 2025, a Associação recebeu da sede da TI em Berlim o valor de 7000 euros para comparticipação com despesas de certificação de contas.

Quadro 5 - Decomposição dos réditos com projectos co-financiados (anos 2024 e 2025)

Projeto / origem	2025	2024
ACTUA	0 €	27 915 €
CO.R.E.	0 €	5 767 €
NED I RedeGov	0 €	88 499 €
GACC 2023	0 €	11 422 €
STEP EU	22 457 €	7 525 €
SAFE 4 Whistleblowers	4 927 €	10 625 €
PAOLA	1 919 €	16 900 €
Transparency International	7 000 €	0 €
Total	36 302 €	168 143 €

4. Estrutura de gastos

A estrutura de custos da Associação ajustou-se, em 2025, a um contexto de menor execução de projetos e maior foco em atividade própria. Os fornecimentos e serviços externos diminuíram substancialmente, em particular na rubrica de deslocações, estadas e transportes, que em 2024 tinham sido fortemente inflacionados pelas despesas incorridas nos projectos NED e ACTUA.

Os gastos com o pessoal também reduziram face a 2024, fruto do objetivo de simplificação da estrutura de funcionamento da associação e redução das suas despesas fixas. Em 31 de dezembro de 2025, a Instituição não tinha trabalhadores dependentes nos seus quadros de pessoal, mantendo-se a inexistência de remuneração dos membros dos órgãos diretivos pelo cargo desempenhado.

Quadro 6 - Estrutura dos principais gastos

Rubrica	2025	2024	Variação
Serviços especializados	35 627 €	47 957 €	- 12 330 €
Deslocações, estadas e transportes	769 €	86 673 €	- 85 903 €
Limpeza, higiene e conforto	1 659 €	1 531 €	128 €
Rendas e alugueres	0 €	1 085 €	- 1 085 €
Materiais	2 111 €	843 €	1 267 €
Comunicação	647 €	651 €	- 4 €
Outros	736 €	0 €	736 €
Total FSE	41 550 €	138 739 €	- 97 190 €
Remunerações do pessoal	46 880 €	76 824 €	- 29 944 €
Encargos sobre remunerações	12 247 €	15 906 €	- 3 659 €
Seguro de acidentes de trabalho	681 €	918 €	- 237 €
Total pessoal	59 809 €	93 648 €	- 33 840 €
Imparidade de dívidas a receber	17 393 €	16 847 €	3 084 €
Total de Gastos	121 290 €	249 235 €	- 127 945 €

Em 31 de dezembro de 2025, o ativo total da Associação ascendia a 62.027 euros, face a 67.753 euros no final de 2024. Os fundos patrimoniais mantinham-se ligeiramente negativos, em 1.274,13 euros, mas melhoravam face ao valor negativo de 4.728,73 euros registado em 2024.

As disponibilidades no final do exercício cifravam-se em 22.330,28 euros, valor muito próximo do observado no final de 2024, evidenciado uma inversão do ciclo de forte redução que se vinha a evidenciar nos últimos anos e que era insustentá.

Quadro 7 - Posição financeira comparada (31.12.2025 vs. 31.12.2024)

Rubrica	31.12.2025	31.12.2024	Variação
Investimentos financeiros	2 531 €	2 531 €	- €
Créditos a receber	34 047 €	40 004 €	- 5 957 €
Diferimentos (ativo)	2 372 €	2 762 €	- 390 €
Outros ativos financeiros / correntes	747 €	747 €	0 €
Caixa e depósitos bancários	22 330 €	21 709 €	621 €
Total do ativo	62 027 €	67 753 €	- 5 726 €
Fundos patrimoniais	- 1 274 €	- 4 729 €	3 455 €
Fornecedores	1 029 €	2 460 €	- 1 431 €
Estado e outros entes públicos	368 €	2 823 €	- 2 455 €
Diferimentos (passivo)	- €	5 880 €	- 5 880 €
Outras contas a pagar / passivos correntes	61 904 €	61 318 €	585 €
Outros passivos financeiros		- €	- €
Total do passivo	63 301 €	72 482 €	- 9 181 €

Sobre os saldos em balanço em 31.12.2025, importa realçar que:

- i) a rubrica de créditos a receber inclui o montante de 10.359 euros relacionado com o acréscimo de rédito relativo a faturação a emitir em 2026 ao MENAC por prestação de serviços executadas em 2025 ao abrigo do protocolo assinado pelas partes.
- ii) A rubrica de passivos correntes contempla dívidas pendentes a regularizar junto aos doadores dos projetos NED e ACTUA, nos valores de 33.238 euros e 11.947 euros, respetivamente. Esses montantes correspondem exatamente aos saldos registados no passivo em 31.12.2024. Tal situação decorre da ausência de liquidação dos passivos ao longo de 2024, os quais permanecem em negociação com os respetivos doadores.
- iii) A categoria de passivos correntes também abrange um montante de 3.000 euros relativo a dívidas a dois membros da direção da Associação, que foram temporariamente adiantados para superar dificuldades momentâneas de tesouraria e garantir o cumprimento de obrigações urgentes. Na data em que este relatório foi emitido, esse passivo já havia sido liquidado.

5. Conclusão

O exercício de 2025 deve ser lido como um ano de reequilíbrio financeiro e económico da Associação. Por um lado, a TI Portugal reduziu de forma muito significativa a dependência de rendimentos ligados a projetos internacionais, passando a assentar mais claramente em receitas próprias, sobretudo de prestação de serviços. Por outro lado, conseguiu adaptar a estrutura de custos a esse novo perfil de atividade e recuperar um resultado líquido positivo, ainda que num quadro patrimonial que continua a exigir prudência e reforço futuro da situação líquida. Persistem desafios relevantes, designadamente ao nível da consolidação de uma base recorrente de receitas nacionais, da gestão prudente da cobrança de quotas em atraso e do reforço continuado dos fundos patrimoniais.



8. Demonstrações Financeiras 2025

TI – TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE, ASSOCIAÇÃO CÍVICA

Prestação de Contas

Período 2025



Lisboa, 17 julho

ÍNDICE

Demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2025

• Balanços em 31 de dezembro de 2025	3
• Demonstrações dos Resultados em 31 de dezembro de 2025	4
• Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2025.....	5
• Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025.....	6
• Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024.....	7
1. Identificação da Entidade	8
2. Referencial contábilístico de preparação das demonstrações financeiras	8
3. Políticas contábilísticas, alterações nas estimativas contábilísticas e erros	9
3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.....	9
3.2. Outras políticas contábilísticas relevantes.....	9
3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro	11
4. Alterações nas estimativas contábilísticas e erros	11
5. Investimentos financeiros	12
6. Créditos a receber	12
7. Diferimentos.....	13
8. Outros ativos correntes	13
9. Caixa e depósitos bancários	14
10. Fundos patrimoniais	14
11. Fornecedores	14
12. Estado e Outros Entes Públicos	14
13. Outros passivos correntes	15
14. Rédito	15
15. Fornecimentos e serviços externos.....	16
16. Gastos com o pessoal.....	16
17. Outros rendimentos	17
18. Outros gastos.....	17
19. Eventos subsequentes.....	17
20. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	17

TI - TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE, ASSOCIAÇÃO CÍVICA

TI- TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE, ASSOCIAÇÃO CÍVICA

BALANÇO EM 31 de Dezembro de 2025

EUROS

Rubricas	Notas	Datas	
		2025	2024
Activo			
<i>Activo não corrente</i>			
Activos fixos tangíveis		0.00	0.00
Propriedades de investimento		0.00	0.00
Activos Intangíveis		0.00	0.00
Investimentos financeiros		2,530.68	2,530.68
Accionistas / sócios		0.00	0.00
		2,530.68	2,530.68
<i>Activo corrente</i>			
Inventários		0.00	0.00
Clientes		0.00	0.00
Adiantamentos a fornecedores		746.97	0.00
Estado e outros entes públicos		0.00	0.00
Accionistas / sócios		18,312.89	0.00
Outras contas a receber		15,735.26	40,004.19
Diferimentos		2,372.00	2,761.76
Outros activos financeiros		0.00	746.97
Caixa e depósitos bancários		22,330.28	21,709.24
		59,497.40	65,222.16
Total do Activo		62,028.08	67,752.84

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

TI - TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE, ASSOCIAÇÃO CÍVICA

TI- TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE, ASSOCIAÇÃO CÍVICA

BALANÇO EM 31 de Dezembro de 2025

EUROS

Rubricas	Notas	Datas	
		2025	2024
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
<i>Capital próprio</i>			
Fundo Social		72,021.75	72,021.75
Accções (quotas) próprias		0.00	0.00
Outros instrumentos de capital próprio		0.00	0.00
Prémios de emissão		0.00	0.00
Reservas legais		0.00	0.00
Outras reservas		0.00	0.00
Resultados transitados		-79,936.18	-35,800.02
Excedentes de revalorização		0.00	0.00
Outras variações no capital próprio		3,185.70	3,185.70
		-4,728.73	39,407.43
Resultado líquido do período		3,454.60	-44,136.16
Total do capital próprio		-1,274.13	-4,728.73
<i>Passivo</i>			
Passivo não corrente			
Provisões		0.00	0.00
Financiamentos obtidos		0.00	0.00
Outras contas a pagar		0.00	0.00
		0.00	0.00
Passivo corrente			
Fornecedores		1,028.90	2,459.83
Adiantamentos de clientes		0.00	0.00
Estados e outros entes públicos		368.00	2,823.40
Associados/Fundadores/Patrocinadores ...		1.62	1.62
Financiamentos obtidos		3,000.00	
Outras contas a pagar		58,903.69	61,316.31
Diferimentos		0.00	5,880.41
Outros passivos financeiros		0.00	0.00
		63,302.21	72,481.57
Total do passivo		63,302.21	72,481.57
Total do capital próprio e do passivo		62,028.08	67,752.84

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

TI - TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE, ASSOCIAÇÃO CÍVICA
Demonstrações dos Resultados por Naturezas
Períodos findos em 31 de Dezembro de 2025

(Valores expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>N</u>	<u>N-1</u>
Vendas e serviços prestados	14	82.015,50	31.229,00
Subsídios, doações e legados à exploração	14	36.302,24	175.025,77
Fornecimentos e serviços externos	15	(41.549,76)	(138.739,39)
Gastos com o pessoal	16	(59.808,82)	(93.648,37)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	6	(19.931,48)	(16.847,41)
Outros rendimentos	17	4.147,83	107,34
Outros gastos	18	(259,14)	(1.263,10)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		<u>3.454,60</u>	<u>(44.136,16)</u>
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		<u>3.454,60</u>	<u>(44.136,16)</u>
Resultado antes de impostos		<u>3.454,60</u>	<u>(44.136,16)</u>
Resultado líquido do período		<u><u>3.454,60</u></u>	<u><u>(44.136,16)</u></u>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lisboa, 16 junho 2026

CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO

TI - TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE, ASSOCIAÇÃO CÍVICA

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Períodos findos em 31 de Dezembro de 2025

(Valores expressos em euros)

	N	N1
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais		
Recebimentos de clientes e utentes	67.702,61	119.855,00
Pagamentos a fornecedores	(15.619,98)	(191.585,00)
Pagamentos ao pessoal	(59.808,82)	(100.262,00)
Caixa gerada pelas operações	(7.726,17)	(171.992,00)
Outros recebimentos/pagamentos	8.347,21	(842,47)
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)	621,04	(172.834,47)
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos Fixos Tangíveis	-	-
Recebimentos provenientes de:		
Juros e Rendimentos Similares	-	-
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)	-	-
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Realização de Fundos	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos similares	-	-
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)	-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	21.709,24	194.543,71
Caixa e seus equivalentes no fim do período	22.330,28	21.709,24

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lisboa, 16 junho 2026

TI - TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE, ASSOCIAÇÃO CÍVICA

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais - Período de 2025

		Fundos Patrimoniais				
		(Valores expressos em euros)				
		Outras				
		variações nos				
	Notas	Fundos	Resultados transitados	fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no Início do Período 2025	1	10	72.021,75	(35.800,02)	3.185,70	(4.136,16)
Alterações no período						
Aplicação do resultado líquido do ano anterior			-	(44.136,16)	-	44.136,16
	2		-	(44.136,16)	-	44.136,16
						-
Resultado Líquido do Período	3				3.454,60	3.454,60
Resultado Extensivo	4 = 2 + 3				47.590,76	3.454,60
Operações com Instituidores no Período						
Outras operações	4		-	-	-	-
	5		-	-	-	-
Posição no Fim do Período 2025	6 = 1 + 2 + 3 + 5	10	72.021,75	(79.936,18)	3.185,70	3.454,60
						(1.274,13)

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lisboa, 16 junho 2026

CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO

TI - TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE, ASSOCIAÇÃO CÍVICA

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais - Período de 2024

		Fundos Patrimoniais				
		(Valores expressos em euros)				
		Outras				
		variações nos				
		fundos				
		patrimoniais				
		Resultados				
		transitados				
		Notas	Fundos		Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no Início do Período 2024		1	72.021,75	57.117,29	3.185,70	52.923,33
Alterações no período						
Aplicação do resultado líquido do ano anterior			-	(79.401,41)	-	-
		2	-	(79.401,41)	-	-
Resultado Líquido do Período		3			(44.136,16)	(44.136,16)
Resultado Extensivo		4 = 2 + 3			35.265,25	(44.136,16)
Operações com Instituidores no Período		5	-	-	-	-
Posição no Fim do Período 2024		6 = 1 + 2 + 3 + 5	72.021,75	(35.800,02)	3.185,70	(4.728,73)

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lisboa, 16 junho 2026

CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO

TI – Transparência e Integridade, Associação Cívica

Anexo às Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em euros)

1. Identificação da Entidade

A TI – Transparência e Integridade, Associação Cívica (doravante designada por “TI” ou “**Associação**”) é uma associação, pessoa coletiva de direito privado, de âmbito nacional, independente e sem fins lucrativos, tendo a sua sede na Avenida Rio de Janeiro nº 30, Piso 1, freguesia de Alvalade, no concelho de Lisboa e número de identificação de pessoa coletiva 509 569 242.

A missão principal da TI é promover a legalidade democrática e a boa governação, combatendo a corrupção e fomentando os valores da transparência, integridade e responsabilidade na opinião pública, nos cidadãos e nas instituições e empresas públicas e privadas, nomeadamente através da realização de campanhas públicas, projetos de investigação, ações de formação e da cooperação com outras organizações governamentais e não governamentais.

Na prossecução da sua missão, a Associação rege-se pelos valores e princípios da transparência e integridade, da responsabilidade, responsabilização e rigor, da solidariedade e coragem, da justiça e equidade, da objetividade e independência e da defesa dos valores fundamentais da democracia.

É do entendimento da Direção que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da TI, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras da TI foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 36 - A/2011, de 9 de março, ajustado pela Portaria nº 220/2015 de 24 de julho. O Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector não Lucrativo (SNC -ESNL) é composto pelos seguintes instrumentos: Bases para a apresentação de demonstrações financeiras (BADF); Modelos de demonstrações financeiras (MDF); Código de Contas (CC); Norma contabilística e de relato financeiro para entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL); Normas interpretativas (NI).

As demonstrações financeiras incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações dos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, são expressas em Euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2025 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2024.

3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF-ESNL requer que a Direção formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. Em consequência, a 31 de dezembro do ano de reporte, em face da antiguidade dos saldos em aberto, são reconhecidas as seguintes imparidades acumuladas:

<u>Ano de Quota</u>	<u>Imparidade</u>
> n-4	100%
n-3	90%
n-2	80%
n-1	75%
n	50%

b) Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Os montantes incluídos na rubrica de “Depósitos bancários e caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria.

c) Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- A TI tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

d) Fornecedores e outros passivos correntes

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal.

e) Ativos e passivos contingentes

A TI não reconhece ativos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo de que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

f) Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

g) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos.

A TI reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a TI obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma transação estejam substancialmente resolvidas. A TI baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços. São consideradas prestação de serviços as quotizações próprias.

De acordo com o artigo 7º dos Estatutos da TI, no que concerne à Quotização, está estabelecido:

- Os Associados efetivos pagam uma quota anual, fixada em Assembleia-Geral, passível de revisão quando tal conste da respetiva convocatória;
- Os Associados candidatos a órgão associativo ou nomeados para qualquer função interna da Associação têm de ter as quotas pagas, incluindo as vincendas, à data do prazo de candidatura ou da data de nomeação;
- Para efeitos do número anterior, o cumprimento das quotas pelos candidatos constantes da lista apresentada deve ser verificado pelos serviços da Associação no prazo de cinco dias após a receção da lista, devendo notificar o candidato faltoso do prazo de três dias para efetuar o pagamento, sob pena de exclusão da lista ou não nomeação.

h) Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a TI irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

O benefício resultante de um financiamento do Governo (ou equivalente) a uma taxa de juro inferior ao mercado é tratado como um subsídio do Governo, sendo mensurado como a diferença entre o montante recebido e o justo valor do empréstimo determinado tendo por base as taxas de juro de mercado.

Os subsídios do Governo associados à aquisição de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais na rubrica “Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais”, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do período, de forma consistente e proporcional com as depreciações dos ativos cuja aquisição se destinaram.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem.

Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados, são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

i) Especialização de períodos

A TI regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de períodos, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

j) Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar, de acordo com a legislação aplicável.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Associação dos anos de 2021 a 2024 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão e correção. A Direção entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

k) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

Os meios financeiros necessários à consecução das atividades da TI são, maioritariamente, obtidos através de subsídios periódicos ou extraordinários de entidades terceiras, as quais decorrem do financiamento de projetos específicos. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, evidenciando o total de fundos patrimoniais negativos em 31 de dezembro de 2024 no montante de 4.728,73 euros. Consequentemente a continuidade das operações da TI encontra-se dependente da manutenção do suporte financeiro de terceiras entidades e do sucesso das suas operações futuras.

4. Alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025 não foi feito na rubrica de Resultados transitados nenhum reconhecimento do valor de férias e subsídio de férias relativas ao ano anterior.

5. Investimentos financeiros

O movimento ocorrido na rubrica “Investimentos financeiros”, nos períodos de 2025 e 2024 foi o seguinte:

	31-Dez-25	31-Dez-24
	Corrente	Corrente
Investimentos Financeiros - FCT	2.530,68	2.530,68
	2.530,68	2.530,68

Desde abril de 2023, por lei, deixou de haver descontos obrigatórios para o Fundo de Compensação do Trabalho – FCT.

6. Créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos da rubrica “Créditos a receber” foram como segue:

	31-Dez-25	31-Dez-24
	Corrente	Corrente
Clientes	18.312,89	250,00
Devedores por acréscimos de rendimentos:	10.359,00	0,00
Quotas	80.101,77	93.315,77
Imparidade acumuladas (Quotas)	(81.031,29)	(74.313,81)
	(929,52)	14.446,45
	34.683,65	33.448,41
Devedores e Credores Diversos	6.305,78	6.305,78
	34.048,15	40.004,19

Na rubrica de quotas foi reconhecido um reforço de perdas por imparidade para os valores cuja cobrabilidade é duvidosa, devido ao histórico de incobrabilidade.

O valor incluído em “Devedores e credores diversos” refere-se ao projeto ACTUA, estando registado o saldo relativo ao parceiro de implementação do projeto BOCAMANDJA (organização não-governamental, da sociedade civil, da Guiné Equatorial), no montante de 6.305,78 euros.

O detalhe do saldo reportado a 31 de dezembro de 2025 e de 2024 da rubrica de subsídios, resulta do reconhecimento de acréscimos de rendimentos em relação aos seguintes dos projetos:

	31-Dez-25	31-Dez-24
Acréscimos de rendimentos:		
MENAC	0,00	9.162,00
PAndora bOx of whistLeblowing in Academia	0,00	5.284,45

7. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 saldos da rubrica “Diferimentos” do ativo e passivo foram como segue:

	31-Dez-25	31-Dez-24
Diferimentos (Activo)		
Fornecimentos e Serviços externos	2.372,00	2.761,76
	2.372,00	2.761,76
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer - Projectos em curso:		
Subsídios	0,00	5.880,41
	0,00	5.880,41

O valor apresentado em 2025 e 2024 na rubrica de subsídios corresponde aos rendimentos a reconhecer nos seguintes projetos:

		31-Dez-25	31-Dez-24
Rendimentos a reconhecer:			
Academia Cidadã de Direitos Humanos e Boa Governança (Guiné Equatorial)	ACTUA	-	
NED I RedeGov	NED	-	
GACC 2023	GACC	-	
SAFE 4 Whistleblowers	SAFE4W	0,00	1.056,77
Strengthened enforcement capacities of public authorities	STEP EU	0,00	4.823,64
		0,00	5.880,41

8. Outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a rubrica “Outros ativos correntes” tinha a seguinte composição:

	31-Dez-25	31-Dez-24
	Corrente	Corrente
Adiantamentos a Fornecedores	746,97	746,97
	746,97	746,97

Em 2025 e 2024, a rubrica de Adiantamentos a fornecedores, inclui o valor relativo a um adiantamento efetuado no âmbito do projeto ACTUA.

9. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	31-Dez-25	31-Dez-24
Depósitos à ordem	22.330,28	21.709,24
	<u>22.330,28</u>	<u>21.709,24</u>

10. Fundos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a decomposição dos Fundos patrimoniais apresentavam-se como segue:

	31-Dez-25	31-Dez-24
Fundos	72.021,75	72.021,75
Resultados transitados	(79.936,18)	(35.800,02)
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	3.185,70	3.185,70
	<u>(4.728,73)</u>	<u>39.407,43</u>
Resultado Líquido do período	3.454,60	(44.136,16)
	<u>(1.274,13)</u>	<u>(4.728,73)</u>

11. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-25	31-Dez-24
Fornecedores conta corrente	1.028,90	2.459,83
	<u>1.028,90</u>	<u>2.459,83</u>

12. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-Dez-25	31-Dez-24
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	368,00	884,24
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0,00	614,53
Segurança Social	0,00	1.324,63
	<u>368,00</u>	<u>2.823,40</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não se registavam quaisquer montantes em mora em relação ao Estado e Outros entes Públicos.

13. Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	31-Dez-25	31-Dez-24
	Corrente	Corrente
Credores por acréscimos de gastos	0,00	13.168,70
Devedores e credores diversos	58.903,69,00	48.147,61
	58.903,69	61.316,31

Em 2024 o valor relativo à rubrica de “Credores por acréscimos de gasto”, refere-se ao gasto com os serviços profissionais de auditoria relativo ao ano 2024 e a provisão para férias e subsídio de férias.

Quanto à rubrica de “Devedores e Credores Diversos” refere-se aos recebimentos para entrega aos parceiros de implementação dos projetos:

Projeto	Transferido	Reclassificação entre rubricas	Recebido	Saldo
APROFORT	-	9 920,58	12 687,40	2 766,82
ACTUA - ASAMA	9 666,56	-	21 614,44	11 947,88
NED - EG Justice	12 353,77	-	12 353,77	-
NED - TI Brazil	45 063,17	-	45 063,17	-
NED (doador)	-	-	33 358,44	33 358,44
Outros	-	-	74,47	10.830,55
				58.903,69

Em 2025 o valor relativo à rubrica de “Devedores e credores diversos” não teve qualquer movimentos referente aos recebimentos para entrega aos parceiros de implementação dos projetos:

14. Rédito

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as quantias reconhecidas por categoria de rédito, são como segue:

	31-Dez-25	31-Dez-24
Prestações de serviços:		
Quotizações	24.221,00	21.193,77
Outras prestações de serviços	57.794,50	10.035,23
	82.015,50	31.229,00
Subsídios, doações e legados à exploração:		
Subsídios	36.302,24	168.143,15
Donativos	4.146,97	272,63
Angariação de fundos	0,00	6.609,99
	40.449,21	175.025,77
	122.464,71	206.254,77

15. Fornecimentos e serviços externos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	31-Dez-25	31-Dez-24
Serviços especializados	(35.626,99)	(47.956,73)
Deslocações, estadas e transportes	(769,31)	(86.672,75)
Limpeza Higiene e Conforto	(1.659,34)	(1.531,08)
Rendas e Alugueres	0,00	(1.084,86)
Materiais	(2.110,90)	(843,44)
Comunicação	(646,78)	(650,53)
Seguros	-	
Outros	(736,44)	
Contencioso e notariado	-	
	<u>(41.549,76)</u>	<u>(138.739,39)</u>

16. Gastos com o pessoal

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	31-Dez-25	31-Dez-24
Remunerações do pessoal	(46.880,07)	(76.824,01)
Encargos sobre remunerações	(12.247,33)	(15.906,13)
Seguros de acidentes no trabalho	(681,42)	(918,23)
	<u>(59.808,82)</u>	<u>(112.155,86)</u>

Em 31 de dezembro de 2025 a Instituição não tinha trabalhadores dependentes nos seus quadros de pessoal.

Os membros dos órgãos diretivos não auferem qualquer remuneração pelo cargo diretivo que desempenham.

17. Outros rendimentos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	31-Dez-25	31-Dez-24
Outros rendimentos e ganhos	4.146,97	107,34
	<u>4.146,97</u>	<u>107,34</u>

18. Outros gastos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	31-Dez-24	31-Dez-24
Impostos	(11,52)	(614,53)
Outros gastos e perdas:		
Insuficiência da estimativa para impostos	0,00	(522,72)
Donativos	-	-
Multas e penalidades	0,00	(115,97)
Outros	(199,91)	(9,88)
Custos com Apoios	-	-
	<u>(211,43)</u>	<u>(1.263,10)</u>

Em 2024, o valor relativo à rubrica de "Insuficiência da estimativa para impostos", refere-se à tributação autónoma referente a ajudas de custo não enquadradas em projetos relativos ao ano de 2023.

19. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

No início de 2023, a Associação viu indeferido o seu pedido de isenção de IRC. Foi apresentada reclamação à decisão. No entanto, não se espera impacto significativo desta situação nas Demonstrações Financeiras.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

20. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Direção informa que a TI não apresenta dívidas ao Estado em situação de Mora, nos termos do artigo 177º-A do CPPT.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 208º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado pela Lei nº 110/2009, de 16 de setembro, na sua versão atualizada, a Direção informa que a situação da TI perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Lisboa, 16 junho 2026

A DIRECÇÃO

Assinado por: José Manuel de Meireles Fontão
Pereira
Num. de Identificação: BI11210261
Data: 17-07-2026 17:08:24 +01:00



CONTABILISTA CERTIFICADO



ANTÓNIO BELÉM &
ANTÓNIO GONÇALVES
SROC

TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE – ASSOCIAÇÃO CÍVICA

RELATÓRIO DE AUDITORIA

CONTAS INDIVIDUAIS

DEZEMBRO DE 2025

/ Sede

Praça Francisco Sá Carneiro, 12, 1ª DT 1000-160 Lisboa
+351 218 438 860 | geral@abag-sroc.pt

/ Escritório Camaxide

Rua Amélia Rey Colaço, 40, 1ºs 2, Sala 23B, 2790-017 Camaxide
+351 215 843 257 | info@abag-sroc.pt

António Belém & António Gonçalves, SROC Lda. | www.abag-sroc.pt | NIPC e Matrícula: 502585311 | Capital Social: 12.600 € | Registo na CMVM Nº 20161420 | Registo na OROC Nº 96



RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras de TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE, ASSOCIAÇÃO CÍVICA (TI), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 62.028,08 euros e um total de fundos patrimoniais negativos de 1.274,13 euros, incluindo um resultado líquido de 3.454.60 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos (ou possíveis efeitos) da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE, ASSOCIAÇÃO CÍVICA, em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro, relativos ao período findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL) adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

Em novembro de 2024, foi tomada a decisão, no âmbito do processo de redefinição estratégica da Associação, de não ser dada continuidade ao projeto ACTUA – Academia Ciudadana de Derechos Humanos y Buena Governanza, financiado pela União Europeia através da Delegação da União Europeia nos Camarões (entidade contratante). Esta decisão foi comunicada mediante carta dirigida a esta entidade. O valor total recebido de subsídio relativo a este projeto ascendeu a 113.260 euros, encontrando-se em curso uma auditoria específica ao projeto. Nesta data não é possível antecipar em que momento a entidade contratante tomará a decisão final sobre o encerramento do projeto e as condições em que tal venha a ocorrer. Consequentemente, não expressamos uma opinião sobre eventuais contingências, se alguma, decorrente da decisão de interrupção do projeto ACTUA.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras". Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.



Parágrafo de Incerteza Material Relativo à Continuidade

Tal com referido no Relatório de Gestão a TI, em 31 de dezembro de 2025, apresenta capitais próprios negativos no montante de Euros: 1.274,13. Tal resulta, essencialmente, dos resultados negativos gerados nos exercícios de 2024 e 2023, nos montantes de Euros: 44.136,16 e Euros: 79.401,41, respetivamente. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2025, o ativo corrente (Euros: 59.497,40) é inferior ao passivo corrente (Euros: 63.302,21) no montante de Euros: 3.804,81, traduzindo num desequilíbrio entre as obrigações existentes à data do balanço e os ativos detidos pela entidade para poder assegurar a sua liquidação. É convicção da Direção da TI que a continuidade da entidade não está posta em causa e que o plano estratégico aprovado pela Assembleia Geral permitirá a continuidade futura das operações. Consequentemente, a continuidade das operações da TI encontra-se dependente, essencialmente, da capacidade de gerar fluxos de tesouraria no futuro, bem como do eventual apoio que os associados venham a prestar.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira e o desempenho financeiro da Entidade de acordo com a Norma Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL) adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das operações



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte integrante de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional, durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude, ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma documentação apropriada;



**ANTÓNIO BELÉM &
ANTÓNIO GONÇALVES
SROC**

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Carnaxide, 17 de julho de 2026

António Belém & António Gonçalves, SROC, Lda.
Representada por António Joaquim Andrade Gonçalves - ROC 948
Inscrito na CMVM sob o nº20160565

